



RESOLUÇÃO Nº 172-CAS/FADIR/UFMS, DE 09 DE MARÇO DE 2021.

Estabelece as Normas Regulamentadoras do Processo de Consulta à Comunidade Universitária da Faculdade de Direito e para composição da lista tríplice destinada à escolha e nomeação do Diretor – mandato 2021-2025.

O CONSELHO DE FACULDADE DA FACULDADE DE DIREITO da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995; no Decreto nº 1.916, de 23 de maio de 1996; no art. 174 da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; no art. 91 do Regimento Geral da UFMS, e na Portaria nº 1.236, RTR, de 26 de fevereiro de 2021, e de acordo com as orientações contidas na Nota Técnica nº 400/2018-CGLNES/GAB/Sesu/MEC e na Nota Técnica nº 243/2019-CGLNES/GAB/Sesu, e considerando o contido no Processo nº 23104.005348/2021-63, resolve:

Art. 1º Estabelecer as Normas Regulamentadoras do Processo de Consulta à Comunidade Universitária da Faculdade de Direito e eleição para composição da Lista Tríplice visando à escolha e nomeação do(a) Diretor(a) da Faculdade, para o mandato de 2021-2025.

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º As presentes Normas seguem as orientações, posto que já foram aprovadas do Plano de Biossegurança da UFMS para dar atendimento à declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional da Organização Mundial da Saúde, em decorrência da infecção humana causada pela Covid-19.

CAPÍTULO II
DA CANDIDATURA

Art. 3º Poderão concorrer para o Processo de Consulta e para a composição da lista tríplice, os docentes integrantes da Carreira de



Magistério Superior da UFMS ocupantes dos cargos de Professor Titular ou de Professor Associado 4 ou portadores do título de doutor, neste caso independentemente do nível ou da classe do cargo ocupado (art. 4º da Portaria nº 1 236 2021 RTR/UFMS).

Art. 4º A inscrição dos candidatos será feita, via SEI, por meio de Requerimento de Registro de Candidatura, na data de **22 de março de 2021**. O candidato deverá encaminhar toda a documentação constante no art. 5º para o perfil CAS/FADIR.

Parágrafo único. Em nenhuma hipótese haverá prorrogação do período de inscrição.

Art. 5º No ato da inscrição o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- I - Currículo Lates;
- II - Programa de Trabalho para gestão 2021- 2025;
- III - Declaração de ciência dos termos das Normas do Processo de Consulta e da Organização da Lista Tríplice;
- IV - Declaração de que aceita a nomeação para o cargo e;
- V - Declaração da Pró Reitoria de Gestão de Pessoas Progep com menção da categoria do docente, no Plano de Carreira.

Parágrafo único. A falta de qualquer dos documentos listados nos incisos deste artigo acarretará o indeferimento do registro da candidatura, pelo Presidente da Comissão Eleitoral.

Art. 6º A relação contendo os nomes dos candidatos inscritos deverá ser divulgada pela Comissão Eleitoral, no primeiro dia útil após o encerramento das inscrições.

CAPÍTULO III DO PROCESSO DE CONSULTA

Art. 7º A Consulta à Comunidade Universitária será realizada em único turno, no dia **07 de abril de 2021 , das 08h00min às 16h00min**.

Art. 8º A Consulta de que trata estas Normas será mediante voto direto e secreto, não obrigatório, com voto em apenas um candidato.

Art. 9º Para os fins destas Normas serão considerados válidos os votos atribuídos a candidatos regularmente inscritos, excluídos os votos



em branco e os nulos.

Art. 10. No dia da Consulta ficam proibidos a abordagem e o convencimento dos eleitores nos locais de votação e no entorno, definidos pela Comissão Eleitoral.

Seção I

Do Sistema Eletrônico de Votação

Art. 11. O Processo de Consulta será realizado por meio do Sistema de Votação Eletrônica da UFMS intitulado Sistema e-Votação UFMS, instituído pela Resolução nº 31, COUN, de 8 de maio de 2020.

Parágrafo único. O Sistema eletrônico **on-line** e-Votação UFMS corresponde à plataforma de processos eleitorais da UFMS, podendo ser acessado em qualquer computador conectado à internet, por meio de **login** e senha padrão dos usuários previamente cadastrados (servidores e estudantes), de acordo com a listagem aprovada e fornecida pela Comissão Eleitoral.

Art. 12. A Agetic será responsável pelo processo eletrônico da Consulta, bem como por informar e fornecer dados não sigilosos, quando necessários, à Comissão Eleitoral.

Art. 13. Caberá à Comissão Eleitoral, em conjunto com a Direção da Faculdade de Direito, disponibilizar locais previamente determinados, e em conformidade com o Plano de Biossegurança, com computadores e acesso à internet, para uso dos eleitores que estejam com dificuldades de acesso.

Art. 14. O eleitor com deficiência visual que se apresentar no local de votação, poderá indicar até duas pessoas de sua confiança para acompanhar sua votação, observando o seguinte procedimento:

I - uma das pessoas lerá em voz alta para o eleitor as opções de candidatos dispostas no Sistema Eletrônico de Votação;

II - o eleitor manifestará o seu voto de forma oral, de forma que apenas as pessoas por ele indicadas consigam ouvir; e

III - a segunda pessoa registrará o voto no Sistema.

Art. 15. Caberá à Agetic, por meio de demanda da Comissão Eleitoral, auxiliar os eleitores no acesso ao Sistema de Votação, em ações como:

I - criação de usuário e de senha;



- II - recuperação de usuário e de senha;
- III - validação de usuário no Sistema;
- IV - solução de ocorrências de contingências no Sistema; e
- V - demais necessidades do usuário do Sistema.

Art. 16. Em caso de um mesmo eleitor possuir mais de um vínculo com a Universidade na Faculdade de Direito, o seu direito de voto será exercido apenas uma vez, observados os seguintes critérios:

I - o Servidor Docente, que for Estudante ou Técnico-Administrativo em Educação, votará como Docente; e

II - o Servidor Técnico-Administrativo em Educação, que também for Estudante, votará como Técnico-Administrativo.

Art. 17. Além da lista de candidatos informados pela Comissão Eleitoral, haverá também as opções de voto "Nulo" e "Em Branco", que deverão aparecer nesta ordem, após a lista de candidatos.

Art. 18. A solicitação de inclusão de novos eleitores deverá ser realizada exclusivamente pela Comissão Eleitoral, com antecedência mínima de três dias úteis da data do evento.

Art. 19. Os procedimentos e locais de votação eletrônica deverão seguir ao estabelecido nos art. 7º ao 12º do Capítulo III da Resolução nº 31, COUN, de 2020.

Art. 20. A data e/ou horário de início e término votação eletrônica poderão sofrer alterações em função da interrupção de uso do Sistema e-Votação UFMS, que afetem o acesso dos eleitores às urnas, a critério da Comissão Eleitoral.

Seção II

Dos Eleitores

Art. 21. Terão direito a voto, no Processo de Consulta, os membros da Faculdade de Direito, composto de:

I - Servidores Docentes do quadro permanente da UFMS, lotados e em efetivo exercício na Faculdade de Direito, nos termos do Regime Jurídico Único;

II - Servidores Técnico-Administrativos em Educação, pertencentes ao Quadro Permanente da UFMS, lotados e em efetivo exercício na Faculdade de Direito, nos termos do Regime Jurídico Único; e

III - estudantes dos cursos de graduação e de pós-graduação **stricto sensu** e **lato sensu**, presenciais e a distância.

regularmente matriculados nos cursos da Faculdade.

§ 1º Além dos servidores em atividade na Faculdade, são considerados em efetivo exercício os servidores em situações conforme previsto nos arts. 97 e 102 do Regime Jurídico Único, instituído pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 2º Não poderão participar da Consulta, como votantes, o servidor em licença para o trato de assuntos particulares; o Professor Visitante, o Professor Substituto ou Temporário; o Professor Colaborador; e o prestador de serviço voluntário.

Seção III **Da Apuração**

Art. 22. Terminada a votação proceder-se-á a apuração e a totalização dos votos, e os trabalhos poderão ser acompanhados pelos candidatos e por fiscais, por eles indicados, no local de apuração e/ou de forma **on-line**.

Art. 23. A apuração será executada pela Comissão Eleitoral, com o auxílio do Servidor designado pela Agetic como administrador do Sistema e-Votação, podendo contar com a presença de observadores externos, a critério da Comissão Eleitoral.

Parágrafo único. Das decisões apuradoras caberá recurso, no prazo de vinte e quatro horas, ao Conselho de Faculdade.

Art. 24. Na apuração deverão ser informados:

- I - total de eleitores que votaram, por categoria;
- II - número de votos recebido por cada candidato, por categoria de eleitores (docente, técnico e estudante), na ordem definida pela Comissão Eleitoral;
- III - número de votos nulos, por categoria de eleitores;
- IV - número de votos em branco, por categoria de eleitores.

Parágrafo único. Para os fins destas Normas consideram-se válidos os votos atribuídos ao candidato regularmente inscrito, excluídos os votos em branco e os nulos.

Art. 25. Terminada a apuração, caberá à Comissão Eleitoral encaminhar o resultado da Consulta à Presidente do Conselho de Faculdade, até o dia **09 de abril de 2021**, para homologação do Processo.



acompanhado da Ata e do Boletim de Apuração.

Art. 26. A decisão de impugnação do Processo de Consulta pela Comissão Eleitoral ocorrerá nos seguintes casos:

- I - violação do Sistema de Votação;
- II - não autenticidade do painel de votação; e
- III - discrepância do número de sufrágios, apontada pela Comissão Eleitoral, com o número total de votantes registrado no mapa de votação.

Art. 27. O voto será considerado nulo nas seguintes situações:

- I - na hipótese de o painel de votação não corresponder às especificações de que tratam estas Normas;
- II - em caso de não identificação do eleitor no Sistema de Votação; ou
- III - em caso de voto em mais de um candidato.

Art. 28. O processo de apuração somente terá início após o horário de término efetivo do dia da Consulta, em local prefixado pela Comissão Eleitoral, e com transmissão **on-line**.

Art. 29. Recebidos os mapas de apuração, a Comissão Eleitoral procederá à atribuição dos pesos dos segmentos da Comunidade Universitária.

Art. 30. Conforme legislação e normas vigentes, às manifestações de cada segmento universitário, serão atribuídos os seguintes pesos:

- I - Docente: setenta por cento;
- II - Técnico-Administrativo em Educação: quinze por cento; e
- III - Estudante: quinze por cento.

Art. 31. A apuração dos votos será feita separadamente, por segmento, de tal forma que o resultado obedeça ao critério da proporcionalidade, sendo o resultado total para cada candidato representado pelo *Índice de Votos do Candidato (Vci)*, conforme segue:

$$V_{ci} = \left[70,0 \frac{V_d}{N_d} + 15,0 \frac{V_{ta}}{N_{ta}} + 15,0 \frac{V_a}{N_a} \right] \%$$

Parágrafo único. Nesta expressão, considera-se:

- I - V_d = o número de votos obtido pelo candidato n.



categoria *Docente*;

II - N_d = número de Servidores Docentes com direito a votar;

III - V_{ta} = número de votos obtido pelo candidato na categoria *Técnico-Administrativo em Educação*;

IV - N_{ta} = número de Servidores Técnico-Administrativos em Educação com direito a votar;

V - V_a = número de votos obtido pelo candidato na categoria *Estudante*; e

VI - N_a = número de Estudante com direito a votar.

Art. 32. Proceder-se-á no cálculo do *Índice de Votos do Candidato* o arredondamento na segunda casa decimal.

Art. 33. Havendo empate no *Índice de Votos do Candidato* entre dois ou mais candidatos, será considerado para fins de ordenamento em melhor colocação o portador de maior titulação.

Parágrafo único. Persistindo o empate, será considerado para fins de ordenamento em melhor colocação o que tiver obtido o título há mais tempo.

Art. 34. O Conselho de Faculdade, responsável pela homologação do Processo de Consulta, elaborará e divulgará a lista com os nomes dos candidatos, com os *Índices de Voto de Candidato*, ordenados em ordem decrescente dos escores obtidos por cada concorrente.

Seção IV

Da Comissão Eleitoral

Art. 35. O processo da Consulta será coordenado por uma Comissão Eleitoral, constituída pelo Conselho de faculdade, presidida por um dos membros docentes, composta por membros da Comunidade Universitária, dela fazendo parte, obrigatoriamente, representantes de cada segmento (Docente, Técnico-Administrativo e Estudante).

Parágrafo único. São impedidos de integrar a Comissão Eleitoral, além dos candidatos inscritos, seus cônjuges e parentes até 2º grau, tanto por consanguinidade, como por afinidade.

Art. 36. Aos componentes da Comissão Eleitoral é proibida a prática de propaganda ou qualquer manifestação relacionada aos candidatos, sendo vedado, inclusive portar distintivos, adesivos, camisetas ou algo que indique suas preferências ou rejeições a qualquer um dos

candidatos concorrentes.

Art. 37. À Comissão Eleitoral compete:

I - emitir Edital de Divulgação da Consulta, dele constando: período e local de inscrição, data da realização da Consulta, e demais informações necessárias para conhecimento da Comunidade Universitária da Faculdade;

II - coordenar o processo de inscrições das candidaturas;

III - fiscalizar a observância das normas estabelecidas no Processo de Consulta objeto destas Normas, e, em caso de infringência, apresentar ao Conselho de Faculdade, que poderá deliberar sobre a impugnação da candidatura;

IV - divulgar o endereço na internet do Sistema de Votação **on-line**, três dias antes da data da realização do Processo de Consulta, em conjunto com a Agetic;

V - exercer a fiscalização no Sistema de votação, em conjunto com a Agetic;

VI - elaborar o mapa final com os resultados da Consulta e encaminhá-lo à Presidência do Conselho de Faculdade;

VII - fiscalizar a observância das normas estabelecidas no processo de Consulta objeto desta Resolução e, em caso de transgressão, oferecer denúncia ao Conselho de Faculdade que poderá deliberar sobre a impugnação da candidatura; e

VIII - providenciar, após a realização da Consulta, a remessa ao Conselho de faculdade das atas dos trabalhos e os mapas de apuração.

Art. 38. Compete ao presidente da Comissão Eleitoral:

I - encaminhar à Agetic, via SEI, o processo de solicitação do uso do Sistema e-Votação UFMS;

II - proceder ao deferimento ou o indeferimento das inscrições para o Processo de Consulta dos candidatos;

III - proceder ao sorteio da disposição dos nomes dos candidatos no painel de votação do Sistema e-Votação;

IV - solicitar à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas a relação nominal, por ordem alfabética, com o número de matrícula, dos Servidores Docentes e Técnico-Administrativos em Educação, lotados na Faculdade;

V - solicitar à Pró-Reitoria de Graduação a relação dos estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação; e à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação dos estudantes de cursos de pós-graduação **lato sensu** e **stricto sensu**;

Art. 39. O processo a que se refere o inciso I do art. 38 deverá ser instituído com os seguintes documentos:

I - ato normativo com a constituição da Comissão Eleitoral;

II - ato normativo com aprovação das normas do Processo de



Consulta e da composição da lista tríplice, com previsão da votação **on-line**;

III - lista dos candidatos, com as inscrições deferidas, na ordem em que devem ser configurados no painel de votação;

IV - lista de eleitores aptos a votar, separados por categoria (docente, técnico e estudante), informando nome completo seguido do número de matrícula Siape/RGA, conforme o caso; e

V - data e horário do Processo de Consulta.

CAPÍTULO IV

DA COMPOSIÇÃO DA LISTA TRÍPLICE

Art. 40. A composição da lista tríplice é competência exclusiva do Conselho de Faculdade, precedida de Consulta à Comunidade Universitária, de acordo com o art. 91 do Regimento Geral da UFMS.

Parágrafo único. A composição da lista será realizada em Reunião Extraordinária, marcada especificamente para este fim.

Art. 41. A lista tríplice será composta pelos três nomes mais votados em escrutínio secreto, pelos membros do Conselho de Faculdade, entre os candidatos que participaram do Processo de Consulta à Comunidade Universitária.

Parágrafo único. A votação para composição da lista será uninominal, na qual cada Conselheiro votará em apenas um candidato para o cargo.

Art. 42. Caso o número de candidatos participantes do Processo de Consulta tenha sido igual ou inferior a dois, antes da votação para composição da lista tríplice, os membros do Conselho de Faculdade deverão indicar um ou mais nomes da Comunidade Universitária, não pertencentes ao Conselho de Faculdade, para concorrer à composição da lista.

§ 1º A submissão dos nomes indicados para concorrer à composição da Lista é condicionada à presença dos indicados na reunião do Conselho, e de sua anuênci a esta indicação, manifestada em Plenário, registrando-se na Ata.

§ 2º Os candidatos indicados na forma do caput deste artigo, deverão se inscrever durante a reunião, mediante Requerimento de Registro de Candidatura, que deverá ser homologado pela Presidente do Conselho.

§ 3º Na hipótese prevista neste artigo, a ordem dos nomes no painel de votação será a mesma do Processo de Consulta à Comunidade.

para os candidatos que a ela se submeteram, seguidos dos nomes apresentados no Conselho de Faculdade em ordem alfabética crescente.

§ 4º Na hipótese prevista neste artigo, depois de encerradas as inscrições, a sessão do Conselho de Faculdade será suspensa pelo tempo necessário para a inclusão dos nomes no painel de votação, pela Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação (Agetic).

§ 5º Os candidatos inscritos pelo processo descrito neste artigo deverão apresentar, em até vinte e quatro horas, os mesmos documentos exigidos aos candidatos inscritos no Processo de Consulta à Comunidade, descritos no art. 5º.

Art. 43. Somente se não houver um nome indicado que aceite participar como candidato, os membros do Conselho de Faculdade poderão se inscrever para concorrer à composição da lista tríplice, caso em que deverão ser observados os mesmos requisitos dos demais candidatos elencados art. 42 desta Resolução.

Seção I

Da Votação

Art. 44. Somente poderão participar da reunião, com direito a voto, os membros natos, e os membros titulares dos representantes docente, técnico-administrativo e estudante que tiverem tomado posse antes da reunião de composição da lista tríplice.

Art. 45. Encerrada a votação, o Presidente do Conselho procederá à divulgação do resultado para a composição da lista tríplice, de acordo com o resultado obtido.

Seção II

Da Organização da Lista Tríplice

Art. 46. O Conselho organizará a lista tríplice com os três mais votados, ordenados em ordem decrescente do escore obtido por cada concorrente.

§ 1º Havendo empate no número de votos entre dois ou mais candidatos, será considerado para fins de ordenamento em melhor colocação o portador de maior titulação.

§ 2º Persistindo o empate, será considerado para fins de ordenamento em melhor colocação o que tiver obtido o título há mais tempo.

Art. 47. A apresentação da lista tríplice ao Reitor da UFMS deverá ser feita mediante o encaminhamento, **até 20 de abril de 2021**, de Processo devidamente instruído no SEI, contendo, além dos documentos listados no art. 5º, os seguintes documentos:

I - Resolução do Conselho de Faculdade, que aprovou as Normas da Consulta e da Organização da lista tríplice;

II - Requerimento de Registro de Candidatura dos candidatos, no Processo de Consulta, devidamente deferido pelo Presidente da Comissão Eleitoral, com todos os documentos dos candidatos constantes do art. 5º ;

III - Requerimento de Registro de Candidatura dos candidatos no processo de Organização da Lista Tríplice, devidamente deferido pela Presidente do Conselho;

IV - Ata do Processo de Consulta, acompanhada do Boletim de Apuração, preparados pela Comissão Eleitoral;

V - Ata da reunião do Conselho na qual ocorreu a aprovação das normas do Processo de Consulta e da Organização da Lista Tríplice, devidamente aprovada;

VI - Ata da reunião do Conselho que procedeu à organização da lista tríplice, devidamente aprovada;

VII - Lista de presença das reuniões, com as devidas identificações da categoria de cada um (Docente, Técnico-Administrativo ou Estudante);

VIII - Lista de votantes, no Conselho da Unidade;

IX - Resolução com a homologação do Processo da Consulta e;

X - Resolução com a organização da Lista Tríplice.

Parágrafo único. As atas das Reuniões a que se referem os incisos V e VI deste artigo deverão estar aprovadas, e devidamente assinadas pelos Conselheiros presentes.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 48. A homologação do Processo de Consulta e a organização da lista tríplice serão realizadas na reunião extraordinária do Conselho de Faculdade, **marcada para o dia 14 de abril de 2021, às 14 horas**, especificamente para esses fins.

Art. 49. Das decisões da Comissão Eleitoral caberá recurso ao Conselho de Faculdade, no prazo de três dias úteis.

Parágrafo único. A interposição de recurso não acarretará efeito suspensivo ao andamento do Processo de Consulta.

Art. 50. Os casos omissos serão resolvidos:

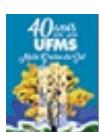
I -pela Comissão Eleitoral, no âmbito de sua competência, no que se refere ao do Processo de Consulta; e

II -pelo Conselho de Faculdade, no que se refere à organização da lista tríplice.

Art. 51. Em nenhuma hipótese os termos destas Normas poderão ser modificados, até a conclusão do Processo de Consulta à Comunidade Universitária e de organização da lista tríplice, que se dará com a divulgação oficial do seu resultado.

Art. 52. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

YNES DA SILVA FÉLIX,
Presidente.



Documento assinado eletronicamente por **Ynes da Silva Felix, Presidente de Conselho**, em 09/03/2021, às 18:07, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2445721** e o código CRC **D688C824**.

CONSELHO DA FACULDADE DE DIREITO

Av Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária

Fone:

CEP 79070-900 - Campo Grande - MS

Referência: Processo nº 23104.005348/2021-63

SEI nº 2445721

